

A meu entender, há oiro para muitos séculos¹

> Quando escrevi minha tese de doutorado, em 1979-1980, usei apenas fontes impressas e publicadas. Não fiz nenhuma pesquisa em arquivo. Eu estava fora do Brasil, num Departamento de Economia, era o único estudante com área de concentração em História Econômica e o único candidato ao doutorado que fazia uma tese nessa disciplina. Nem eu nem meu orientador, ou qualquer outra pessoa no departamento, sequer cogitamos que isso pudesse ser necessário. Acho que foi por coisas assim que Georges Clemenceau disse que a História Econômica é algo muito sério para ser deixada nas mãos dos economistas (ou algo parecido).²

A Universidade de Vanderbilt tinha uma biblioteca brasileira fantástica, difícil de ser encontrada mesmo nas melhores universidades brasileiras. Havia uma grande quantidade de obras raras, livros de “brasilianistas” e publicações governamentais. Todos os viajantes “estrangeiros” estavam lá – naquele tempo eu achava que eram fontes sofisticadas e importantes. Havia também coleções completas de revistas acadêmicas de História e de Economia, de vários países.³ Eu pensava que tinha tudo o que um pesquisador podia precisar. Comprei os microfilmes do *Recenseamento do Império*, de 1872, na Library of Congress, e meti mãos à obra, escrevendo a tese, que defendi em outubro de 1980.⁴

Na minha ingenuidade, achava que tinha feito uma profunda pesquisa. Só mais tarde comecei a perceber que para ser historiador, ou simplesmente para pesquisar História com seriedade, é preciso *pénir dans les archives*, como ensinava Fernand Braudel a seus alunos da Universidade de São Paulo, há quase um século.

A sedução dos arquivos

Não fiz pesquisa em arquivos, mas morria de inveja de quem o fazia. O momento era o auge da New

Economic History.⁵ Eu lia o *Time on the cross*, lia seus críticos, acompanhava de perto o interminável debate sobre a rentabilidade da escravidão. Ficava encantado com as armas usadas nessas batalhas. Não eram simples opiniões, nem retórica literária. Os contendores esgrimiam argumentos cheios de pesquisa, ancorados em montanhas de dados. Não por acaso, o lema da New Economic History era “It will never be literature”.⁶

Não era só a riqueza dos dados dos cliometristas que me encantava. A historiografia tradicional também me cativava, pela massa de pesquisa e pelo intenso uso de fontes arquivísticas. Ulrich B. Phillips, o papa dos estudos sobre a escravidão na primeira metade do século passado, já lutava pelo emprego de métodos “científicos” na História quando começou a publicar, nos anos 1910. Fazia largo uso de dados censitários, arquivos locais e familiares, jornais e outras fontes primárias. Foi o grande pioneiro no movimento de coleta e preservação dos *plantation records* e da criação de arquivos históricos no Sul dos Estados Unidos.⁷ Frederic Bancroft, o grande historiador do tráfico interno, também era obcecado pela busca de dados e evidências. Seu clássico *Slave Trading in the Old South*, de 1931, custou-lhe mais de 30 anos de pesquisas, e tanto coletou dados para o livro de seus sonhos – uma história geral da escravidão nos Estados Unidos – que morreu antes de escrevê-lo.

Isso era algo que eu nunca tinha visto entre os historiadores da nossa economia. Superficialidade e ausência de pesquisa eram as marcas da indigente historiografia econômica brasileira do século XX, inteiramente dominada pela obsessão agrário-plantacionista-exportadora, pelos patéticos “ciclos” inventados por Roberto Simonsen e pelo ensaísmo presunçoso e desinformado de Celso Furtado, que nunca fez pesquisa alguma. Exceções como Alice Canabrava, Maria Yedda Linhares ou Maria Luiza Marcílio eram raras, localizadas e pouco conhecidas.⁸



Acima: Sala de consulta do APM com seu acervo museológico. Belo Horizonte (MG). Foto: Eduardo Lacerda, 1974. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro, APM-6-002(22).
Abaixo: Aspecto da sala de consulta no prédio anexo. Belo Horizonte (MG). Autor desconhecido, 08/1976. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro, APM-7-009(08).



Mais do que tudo, eu sonhava com os *manuscript census schedules*, os formulários originais dos recenseamentos, utilizados por todos os historiadores. Preenchidos à mão pelos agentes censitários, neles eram anotados os dados de cada domicílio e seus residentes, com nome, sexo, idade, ocupação, local de nascimento etc. Mesmo antes da era da informática, qualquer pesquisador – e qualquer cidadão – podia ter acesso a esses formulários, obtendo aí uma porção de informações sobre qualquer pessoa recenseada, rica ou pobre, famosa ou anônima.

Assim, por exemplo, nos formulários do censo de 1850, para Springfield, Illinois, verificamos que o senhor Abraham Lincoln tinha 40 anos, era advogado e nascera no Kentucky. O campo destinado à anotação da propriedade de terras e imóveis está em branco,

indicando que ele não possuía esses bens, ou que não os declarou. Sua mulher, Mary Lincoln, de 28 anos, também era natural do Kentucky, mas seu filho Robert, de sete anos, já tinha nascido em Illinois. Na casa morava ainda Catharine Gordon, de 18 anos, nascida na Irlanda, provavelmente uma criada. Pode-se também apurar que Robert ainda não frequentava escola e que quase todos os vizinhos declararam possuir mais bens do que o futuro presidente dos Estados Unidos. Tendo em mente que tudo isso foi obtido com uma rápida olhada em uma única folha do censo manuscrito, é fácil entender meu entusiasmo por essa fonte.

Mas não havia muita chance de encontrar *manuscript census schedules* no Brasil. Naquele tempo ainda se acreditava que Rui Barbosa tinha mandado queimar os arquivos do regime servil, “para apagar essa mancha do nosso passado”. Isso não era verdade – Rui era prolixo, mas não era idiota de achar que quatro séculos de história pudessem ser deletados com uma penada –, mas a lenda se espalhou como fogo no capim e tinha, como tem até hoje, ampla circulação, até mesmo em alguns ambientes cultos.⁹ Mesmo materiais mais recentes não existiam mais. Vários anos antes, eu tentara localizar os originais do recenseamento de 1920. Na consulta que fiz ao IBGE fui informado de que, numa mudança de sede, o antigo órgão de estatística tinha vendido tudo como papel velho.

Em seu *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, Waldemar Almeida Barbosa se referia várias vezes – em 22 diferentes verbetes – a um misterioso “censo realizado em 1831”. Revirei todas as bibliotecas que pude – naquele tempo não existia Google, a gente tinha que revirar as bibliotecas –, mas não encontrei sequer uma referência ao tal censo. As únicas dicas dadas por Barbosa eram algumas alusões a “juizes de paz dos distritos” e a “avulsos APM”, que eu não sabia o que eram. Quando eu e Duca¹⁰ entramos pela primeira vez no Arquivo Público Mineiro (APM), no início de 1981,



Acima e na página anterior: Fotografias de salas do APM anexadas ao processo de tombamento estadual do Arquivo Público Mineiro. Autor desconhecido, 1974. Acervo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). PT-004.

eu não sabia o que era um códice, ou um fundo. Nunca tinha tido na mão um documento histórico manuscrito e não sabia direito o que era leitura paleográfica.

O tesouro escondido

Procurávamos um censo, e esperávamos encontrar um volume impresso, encadernado, com um monte de tabelas e um título na capa e na lombada. Não encontramos esse volume, mas um dia, dispersos pelas caixas, começaram a aparecer uns documentos manuscritos em papel almaço, separados por “distritos de paz”,¹¹ organizados por “fogos”, ou domicílios, com listagens de nomes e dados sobre condição, idade, sexo,

raça, ocupação etc. Eram datados de 1831 e 1832, e logo ficou claro que eram parte de um conjunto. Tinham uma cara que me pareceu familiar: foi fácil perceber que eram os sonhados *manuscript census schedules*.

O que tínhamos achado eram as respostas dos juizes de paz a uma ordem do presidente da província, Manoel Ignacio de Mello e Souza, datada de 25 de agosto de 1831, para a elaboração de listas dos habitantes de seus distritos, numa tentativa ingênua, mas comum naquela época, de realizar um recenseamento.

Convindo muito ao Serviço Nacional e ao bem dos povos, o exato e detalhado conhecimento do estado da população e da indústria de cada



Sala de referência na casa sede. Belo Horizonte (MG). Foto: Pedro de Brito Soares, 11/1998. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-11-019(01).

um dos Distritos da Província, o Presidente da mesma ordena ao Sr. Juiz de Paz do Distrito [...] que com a maior brevidade envie uma relação, conforme o exemplo seguinte, dos habitantes do mencionado Distrito, pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias, com o nome de cada um dos indivíduos delas, e declarações marginais das idades, condições, estados e ocupações em que se empregam, e dos que são libertos, ou cativos; assim mais outra relação pela qual se reconheça o número e

qualidade das fábricas estabelecidas no Distrito, e o número das pessoas livres ou escravas nelas empregadas, e se os proprietários são nacionais ou estrangeiros. I.C. do Ouro Preto, 25 de agosto de 1831. Manoel Ignacio de Mello e Souza.¹²

Clotilde Paiva, como Duca e eu, também do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG), logo se juntou a nós, e em pouco tempo foi formada uma pequena equipe para a garimpagem de mais listas e a transcrição dos dados nelas contidos. Desse time faziam



Sala de consulta na casa sede. Belo Horizonte (MG). Foto: Pedro de Brito Soares, 11/1998. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-11-019(02).

parte ainda dois jovens estagiários, Marcelo Godoy e Luiz Arnaut, hoje doutores e professores da UFMG.¹³

A localização, transcrição, crítica, digitação das listas e organização dos bancos de dados prosseguiram por vários anos. Em 2001, duas décadas depois de iniciados os trabalhos, haviam sido localizadas as listas nominativas de 263 distritos de paz referentes ao período 1831-1832, mais 145 listas de outro conjunto, referente ao período 1838-1840. Os documentos encontrados cobrem apenas parte da província. Um número indeterminado de distritos não enviou suas

listas ao governo, ou o fez com atraso, apesar de repetidas cobranças.

Os juizes de paz tinham grandes dificuldades “logísticas”, como José da Silva Gomes, de São Domingos, distrito de Mariana, que se desculpu informando que “o primeiro mapa se desencaminhou no rio do Mainart, porque indo este dentro do saco de um tropeiro, aconteceu cair o animal dentro do rio, e [...] muito mal salvou o tropeiro o animal”. Ou como Bernardo Alves Moreira, do curato de São Vicente Ferrer da Formiga, que disse ter se demorado “não por omissão, mas sim por ser o distrito

D M A P P A

Das habitantes, q̃ existem na Real Cidade de Marianna, e seu Termo em o anno de 1808

Idades de Gathe Sex. N numero da Populacão		Branços.						Pretos.						Mulatos.																
		Cazados		Solteiros.		Viuvos.		Livros.		Captivos.		Livros.		Captivos.																
		C	S	V	C	S	V	C	S	V	C	S	V	C	S	V														
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M													
D	1172	1119	3276	3000	143	404	421	454	2157	2701	20	223	630	621	6189	²⁷¹⁸ 3878	122	153	1528	1638	5977	⁶⁸⁷⁰ 5970	174	454	120	114	1137	1066	29	46
0...a...5			630	530					246	229					729	525					1056	912					208	166		
5...a...10			562	323					233	250					643	558					955	875					229	174		
10...a...20	37	112	771	728		8	12	27	516	565		10	19	38	1276	1072	3	6	170	238	1249	1325	5	12	6	16	256	242		
20...a...30	217	333	466	416	5	38	46	79	283	293	7	13	93	165	1995	955	38	19	292	416	857	892	21	39	22	18	181	201	1	3
30...a...40	327	224	301	271	20	48	82	117	244	357	11	22	187	172	1937	640	16	22	326	379	624	609	20	64	33	20	106	198	6	8
40...a...50	276	194	197	188	26	70	84	88	250	308	16	39	123	128	1340	415	24	27	302	344	333	595	35	94	25	21	62	75	6	10
50...a...60	123	107	162	94	34	94	91	77	24	295	20	58	94	31	205	201	15	36	241	122	349	324	29	94	21	17	49	40	7	11
60...a...70	79	41	105	109	23	70	60	41	142	202	14	47	44	24	439	162	17	17	98	59	338	171	39	75	10	8	24	28	6	6
70...a...80	38	15	39	34	24	47	27	17	70	122	8	17	9	9	239	77	7	22	33	30	103	8	17	45	2	3	14	5	2	4
80...a...90	14	5	20	22	10	22	12	6	26	53	4	7	1	5	81	24	2	4	6	5	54	50	5	14	1	1	9	6	1	2
90...a...100	1	1	3	3	1	1	1	1	13	21					15	13	1	3			19	21	3	7						

56
577
do 77
pg 1

Brancos..... 9:114
 Pretos..... 21:572
 Mulatos..... 18:324
 Total..... 49:010

Antonio Aluy Pereira
 Cap. Mor

longo, a estação chuvosa [...] e os córregos cheios, que proibiam o andamento aos encarregados de tal serviço”. Frequentemente tinham problemas até para a obtenção da relação, “pela repugnância das pessoas em darem suas listas sob frívolos pretextos”. Os mineiros sempre desconfiavam do recenseador, com medo de que por trás dele estivesse o recrutamento militar, ou pelo temor, atávico e justificado, de que fosse um espião do fisco.

Além das listas que não foram enviadas pelos distritos, outras podem não ter sobrevivido até nós, podendo haver ainda algumas não localizadas no APM. Nem o próprio presidente da província sabia exatamente quantos eram os seus distritos. Em seu relatório de 1835, Antônio Paulino Limpo de Abreu afirmou que “os termos foram divididos pelas Câmaras Municipais em diversos distritos, cujo número sobe ao de quatrocentos e vinte, pouco mais ou menos, não podendo fixar-se com exatidão, por faltarem algumas comunicações oficiais”.¹⁴ Seja qual for o número exato, a parcela do número total de distritos coberta pelas listas nominativas de 1831-1832 é muito alta. Maria do Carmo Salazar Martins, em trabalho que é a referência nessa questão, avaliou em 416 o número de distritos de paz existentes na província entre 1833-1835.¹⁵ Com base nessa estimativa, concluímos que os 263 distritos localizados representam nada menos do que 63% do total da província. Por outro lado, o major Luiz Maria da Silva Pinto, pai da estatística pública entre nós, e então secretário do governo provincial, estimou que, em 1826, havia 83.658 fogos (domicílios) em toda a Minas Gerais. Portanto, os 64.562 fogos arrolados nas listas nominativas representariam não menos que 75% do total de domicílios da província.¹⁶ Em resumo, as listas localizadas não cobrem toda a província, mas têm excelente representatividade estatística, em virtude de seu grande volume e da boa distribuição espacial dos distritos incluídos, que se espalham por todos os 17 termos então existentes (vide tabela e mapa anexos). Qualquer resultado por meio dessas listas pode ser estendido ao universo da província, com absoluta confiança.¹⁷

Considero uma sorte para o historiador o fato de vários juízes de paz não terem enviado as respostas com as listas de seus distritos. Se o recenseamento tivesse sido completado, certamente teria sido publicado e hoje teríamos apenas um monte de tabelas. Provavelmente a maior parte das informações teria sido jogada fora juntamente com as listas originais.

As listas nominativas são distritais, organizadas por fogos, nos quais são arrolados todos os residentes. Nas listas completas são registrados nome, sexo, idade, condição (livre, escravo, forro ou quartado), estado civil, relação com o chefe do fogo, raça, ocupação e nacionalidade de cada indivíduo. Apesar de toda a sua riqueza, as listas apresentam alguns problemas. O principal deles é a falta de padronização. As instruções do presidente Mello e Souza foram bastante explícitas e seu ofício era acompanhado por um modelo do formulário a ser usado. Mas as respostas foram elaboradas por diferentes pessoas e não havia normas para padronização das variáveis e seus descritores. Isso é particularmente visível no registro das ocupações. Como distinguir (ou não) entre “lavrador”, “agricultor”, “fazendeiro” e “roceiro”? Essas categorias podem abrigar enormes diferenças com relação à propriedade da terra, ao trabalho próprio e o da família, ou ao uso do trabalho de terceiros, à produção para autoconsumo ou para venda nos mercados, ao prestígio social etc.

Essa classificação, e outras como raça e cor, são evidentemente influenciadas, na ausência de normatização, pela cultura local e pela subjetividade do agente recenseador.¹⁸ Além disso, as condições dos distritos espalhados pelo vasto território mineiro eram demasiadamente diversificadas para permitir uma execução uniforme das instruções. Se alguns juízes de paz eram membros da elite local, provincial e até nacional, pode-se perceber facilmente pelas respostas, sobretudo pelos ofícios de encaminhamento, que muitos eram quase analfabetos. Assim, algumas listas

são bem organizadas, com boa caligrafia, e contêm todas as informações solicitadas, enquanto outras são verdadeiros garranchos, confusas e incompletas. Nas listas incompletas, as lacunas mais frequentes referem-se às ocupações – principalmente as de mulheres ou de escravos – e às nacionalidades.

Além dos dados populacionais, muitas das listas trazem anexas as relações de fábricas solicitadas pelo presidente, relatando a existência de engenhos, fábricas de ferro, fábricas de minerar, teares, fábricas de fumo etc. O emprego de mão de obra escrava nessas atividades, tantas vezes negado pela historiografia, é relatado nesses anexos.

Como mencionado acima, foi também localizado e coletado um conjunto de 145 listas nominativas distritais, referentes ao período 1838-1840, elaboradas pelos juízes de paz em resposta ao ofício de 8 de maio de 1838 do presidente Bernardo Jacinto da Veiga.¹⁹ Esses distritos estão distribuídos por 26 termos da província e incluem 45.972 fogos, onde são arrolados 283.662 habitantes, sendo 197.306 livres e 86.356 escravos. As listas têm a mesma estrutura das de 1831-1832, acrescida do quesito “alfabetização”.²⁰

Riqueza e diversidade das fontes

A localização, coleta, transcrição e digitação do acervo de 1831-1832 foi um trabalho coletivo de vários anos, realizado por professores, pesquisadores e estagiários, integrantes e ex-integrantes do Cedeplar da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, com a colaboração inestimável de várias diretorias e do corpo técnico do APM e o apoio financeiro do Cedeplar e do Programa Nacional de Pesquisa Econômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Isso permitiu a construção

de vários bancos de dados informatizados,²¹ que são hoje os principais instrumentos para o estudo da escravidão em Minas na primeira metade do século XIX. São amplamente utilizados por estudantes e pesquisadores e têm servido de base a dezenas de teses, dissertações e artigos científicos. Esse material tem sido usado principalmente para trabalhos sobre a escravidão, mas inclui também grande quantidade de informações sobre a população livre, podendo ser utilizado para quaisquer estudos sobre a sociedade, a economia e a população da província.

Outro aspecto importante desse acervo é a sua raridade no cenário da documentação histórica existente no Brasil. Além das listas mineiras, existem apenas uns poucos documentos com características de listas nominativas recentemente descobertos no Pará, e o excelente conjunto da capitania e província de São Paulo (incluindo o Paraná, cujo território era uma comarca paulista, até 1853). Apesar de haver evidência de ordens de diversas autoridades para seu levantamento em várias partes da colônia, não foram encontradas até o presente listas referentes a qualquer outro dos atuais Estados brasileiros, além dos mencionados.²²

As listas paulistas são muito mais ricas do que as mineiras. Elas começam em 1765, cobrem todos os municípios e são anuais. Inicialmente eram bastante simples, arrolando os habitantes livres e fornecendo apenas o total de escravos de cada domicílio, mas foram sendo progressivamente detalhadas. Além das informações demográficas, passaram a incluir as atividades econômicas dos fogos – com as quantidades de gêneros produzidos e transacionados –, prática que se tornou sistemática a partir de 1790. Em 1798, foi definitivamente incorporada a relação nominal dos escravos e suas características, permanecendo com esse formato até a última delas, levantada em 1836 pelo brigadeiro Daniel Pedro Muller.²³ Apesar do verdadeiro tesouro que representam, essas listas têm sido pouco

exploradas pelos historiadores paulistas e brasileiros. A única utilização *sistemática* que conheço desse acervo é a tese de livre docência de Maria Luiza Marcílio, de 1974, publicada em livro em 2000 – o excelente *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*.²⁴ Os “maços de população”, como são chamados pelos paulistas, podem ser acessados no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). O que lá se encontra, entretanto, são apenas imagens digitalizadas dos documentos, que podem ser lidos, mas que, com exceção de alguns poucos, não foram digitados e, portanto, não se prestam a trabalhos de maior envergadura.

Voltando às listas mineiras, podemos afirmar que proporcionam infinitas possibilidades de análise porque o que elas – ou os bancos de dados com elas construídos – nos oferecem são microdados. Ou seja, é a informação no nível mais desagregado possível, individualizada para cada uma das 424.836 pessoas recenseadas. Isso significa que podemos combinar essas informações do jeito que quisermos. Podemos usá-las individualmente ou fazer agregações simples segundo qualquer critério que escolhermos – por região, por domicílio, por sexo, ou por condição, raça etc. –; ou gerar agregações mais elaboradas, criando tabulações cruzadas – como sexo versus condição, ou ocupação versus raça, por exemplo. Essa riqueza de possibilidades não existe quando dispomos somente de um censo com dados pré-tabulados – tabelas prontas –, pois ficamos restritos às agregações e às associações que o organizador do censo quis oferecer.

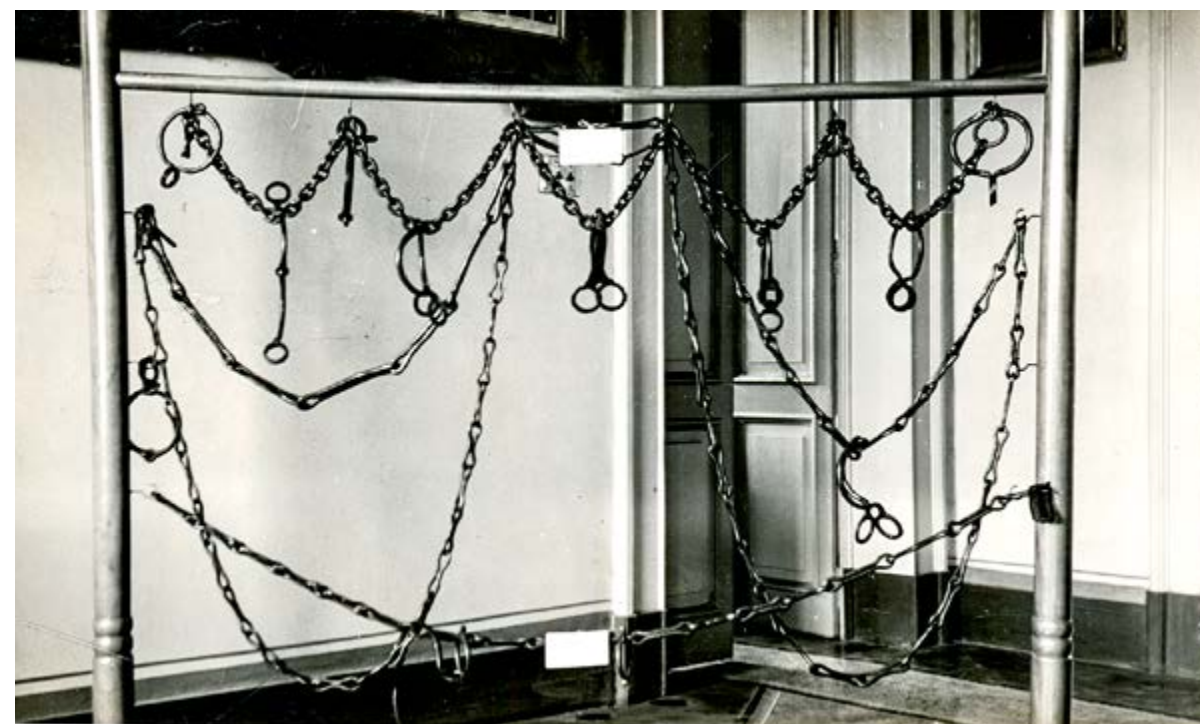
Outra vantagem importante dos microdados é que eles permitem quantificar as variáveis com facilidade e precisão. A quantificação é absolutamente necessária, especialmente em História Econômica e Demográfica. Variáveis como população, migração, produção, consumo, importação etc. exigem mensuração. Na verdade, não existe opção entre quantificar e não quantificar, entre fazer História com números ou fazê-la com prosa.

Consciente ou inconscientemente, quantificamos o tempo todo. Ou o fazemos explicitamente, de maneira precisa, ou deixamos que as quantidades entrem sorratamente na História, de forma impressionista, através de adjetivos e advérbios, como “mais”, “menos”, “muito”, “pouco”, “maior”, “menor”, “grande”, “pequeno” etc. “Ou bem a história [...] inclui a medida, ou bem ela se perde na anedota”, já nos alertou Pierre Chaunu.²⁵

O potencial é ainda maior pelo fato de as listas serem nominativas, nas quais todas as informações são associadas ao nome do indivíduo a que se referem. Isso é uma bênção para a pesquisa histórica, pois nos permite ir muito além da simples análise estatística: podemos descrever ou calcular fatos e características e dar nomes a eles. Podemos dar nomes aos números e dar números aos nomes. E, melhor ainda, como mostraremos a seguir, podemos cruzar essas listas com outras bases nominativas de dados, e, assim, aprender mais coisas interessantes sobre personagens e processos históricos.

Conversando com os números

Veamos alguns exemplos de como as listas nominativas podem ser usadas. Uma simples leitura da lista do distrito de Mercês do Cágado (atual Mar de Espanha), no termo de Barbacena, em 1831, informa-nos que no fogo número 27 morava Francisco Leite Ribeiro, homem branco, de 49 anos. Era casado com D. Teresa, de 40 anos, com quem tinha dez filhos, cinco mulheres e cinco homens, com idades entre 1 e 17 anos. Francisco era um próspero agricultor com engenho de cana. Para trabalhar em sua propriedade, tinha nada menos que 205 escravos, além de dois “camaradas” livres. O plantel cativo era de alta qualidade: 153 homens contra apenas 52 mulheres – quase três homens para cada mulher –, sendo que 86% do total se situava nas faixas etárias mais produtivas, entre 10 e 39 anos. Havia vários carpinteiros, três ferreiros, além de carreiros,



Correntes usadas na apreensão de escravos. Acervo museológico do APM. Belo Horizonte(MG). Foto: Optico Masson, [1958]. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-5-002(02).

arrieiros e um alfaiate. A maior parte era de africanos – 149 contra 56 crioulos – e a grande maioria deles havia sido importada recentemente: 106 africanos tinham idades entre 10 e 20 anos (era raríssimo importar africanos com menos de 10 anos). A fazenda precisava importar escravos novos porque não conseguia reproduzi-los internamente. Tinha 37 escravas na faixa etária reprodutiva (15 a 44 anos), mas elas eram muito pouco férteis – no plantel só havia quatro crianças com um ano de idade ou menos. Isso significa que, de cada dez mulheres em idade fértil, apenas uma se tornara mãe – de uma criança que ainda estava viva – no último ano.

Encontramos Francisco Leite Ribeiro novamente em 1840, no mesmo distrito do Cágado, que agora pertencia à nova Vila da Pomba.²⁶ Tinha então 59 anos

e ficara viúvo. Nenhuma de suas filhas aparece no fogo: todas teriam agora mais de 15 anos, sendo provável que houvessem se casado. Joaquim, o filho mais velho, tinha 22 anos e era comerciante. Francisco estava então muito mais rico, pois já possuía 267 escravos. Apesar de o tráfico atlântico ter sido proibido em 1831, continuou importando negros novos. Em 1840 foram listados 167 africanos em seu plantel – antes eram 149 – e na lista há várias dezenas de africanos que não aparecem no rol anterior. A diminuição do ritmo das importações fez com que os sexos ficassem mais equilibrados. Agora, em 1840, foram registrados 2,47 homens para cada mulher. Dessas, havia 50 em idade reprodutiva, mas continuavam apresentando uma fertilidade muito baixa: havia apenas sete bebês com até um ano de idade. Na fazenda havia cinco homens livres

“para todo serviço” e – um sinal de opulência – quatro ex-escravos, com idade entre 70 e 80 anos, tinham a ocupação de “lacaio”.

Cruzando com outras bases nominativas, descobrimos que Francisco Leite Ribeiro possuía 12 escravos em 1804 e que recebeu duas sesmarias, em 1816 e 1817.²⁷ Em uma lista nominativa do Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, nós o encontramos no distrito de Remédios, da paróquia de Barbacena, em 1819. Contava então 37 anos, já era casado com D. Teresa e era muito menos abastado do que seria mais tarde. Já era dono de um engenho, mas só possuía 36 escravos, dos quais apenas 13 eram africanos.²⁸ Uma visita ao acervo da Intendência de Polícia da Corte, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, ajuda-nos a entender como ele prosperou tanto e tão rapidamente. Lá verificamos que, ao lado de suas atividades agrícolas, Francisco Leite Ribeiro e vários de seus irmãos – entre eles Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca – eram profundamente envolvidos com o lucrativo tráfico interno de africanos novos, recém-chegados ao porto do Rio de Janeiro. Entre 1809 e 1832, os irmãos Leite Ribeiro despacharam pelo menos 1.337 negros novos, em 72 remessas, um número muitas vezes maior que o necessário para suprir suas fazendas. Parte das remessas foi destinada à província de Rio de Janeiro.²⁹ Outra razão do grande enriquecimento de Francisco foi o fato de ter sido um dos pioneiros no cultivo comercial de café. Nas *Relações de Engenhos e Casas de Negócio de 1836*, pode-se ver, no distrito de Mercês do Cágado, ao lado do registro de que tinha um engenho de água, a anotação: “o proprietário passou-se para o café”.³⁰

Além de indivíduos e famílias, o exame das listas nos permite conhecer as histórias de grandes empresas de mineração brasileiras e inglesas, fábricas de ferro, fazendas de todos os tamanhos e instituições como o Colégio Caraça ou o Recolhimento de Macaúbas. É o caso da Imperial Brazilian Mining Association,

por exemplo, que foi a primeira empresa estrangeira a se instalar no Brasil. Fundada na Inglaterra, em 1824, aqui chegou em 1826, para explorar a mina do Gongo Soco, no distrito de Socorro, paróquia de São João do Morro Grande. Em 1831, seu superintendente em Minas era o tenente-coronel James Marcus Annesley Skerrett. A companhia mantinha vários dirigentes e técnicos estrangeiros – entre os quais, H. G. F. Halfeld³¹ –, 205 mineiros ingleses e alemães e 392 escravos. A grande maioria dos cativos (82%) era africana e 41% mulheres, muitas das quais trabalhavam dentro da mina, como era usual na Cornualha, de onde veio a maior parte dos mineiros europeus. Os ingleses do Gongo Soco gostavam da brincadeira cruel de apelidar seus escravos com nomes de grandes guerreiros da História – Nelson, Wellington, Hannibal, Pliny, Scipio, Percival – ou personagens literários como Iago, Crusoe e Macbeth.³²

Os inquéritos censitários do século XIX nos mostraram, há muito tempo, que Minas abrigava a maior população escrava do Brasil. As listas nominativas revelam outras dimensões da instituição na província, como a extrema disseminação da propriedade de escravos e sua pulverização. Um em cada três (33,7%) habitantes de Minas era escravo. Dos 64.562 fogos arrolados, 21.355, ou 33,1%, possuíam escravos. O percentual de domicílios com cativos era maior do que em qualquer sociedade escravista da América, em qualquer época. Nos Estados Unidos, em 1860, auge da escravidão naquele país, apenas 26% dos domicílios dos Estados escravistas possuía escravos. Em São Paulo, em 1828, essa porcentagem era de 25,2. Para usar um parâmetro de comparação mais atual, em todo o Brasil, em 2011, 36,5% dos domicílios tinha acesso à internet. A disseminação da propriedade escrava em Minas reflete a estrutura produtiva da província, que não era uma economia de grande lavoura monocultora e exportadora.

As listas mostram que nessa época “quase todo mundo” em Minas tinha escravos. Fossem muito ricos como o

fazendeiro José Inácio Nogueira da Gama (394 cativos) e o minerador Romualdo José Monteiro de Barros (211); ou mesmo pobres, como a fiadeira Joana Maria Duarte (um) e a quitandeira Angélica Maria da Conceição (um). Santos, como D. Frei José da Santíssima Trindade, bispo de Mariana (proprietário de 11 negros) e D. Generosa Maria da Conceição, madre-regente do Recolhimento de Macaúbas (com 164); ou pecadores, como Luiza Francisca Borges, meretriz parda de Carmo do Pouso Alto (um); notáveis como o presidente da província, Manoel Inácio de Melo e Souza (131); ou anônimos como o fogueteiro Felisberto José da Silva (seis). Estrangeiros e brasileiros, brancos, pretos, mulatos e pardos, nobres e plebeus, livres e forros, homens e mulheres, gente do campo e da cidade, do norte, do sul, do leste e do oeste, todos possuíam cativos.

Outro exercício demonstra que os grandes plantéis eram raros e a propriedade escravista era muito pulverizada. Dos 21.355 fogos em que havia a presença de escravos, apenas 31 (0,11%) possuíam mais de 100 cativos; 0,7% tinham de 51 a 100; 4,9%, de 21 a 50; 10,5%, de 11 a 20; e 17,8%, de seis a 10 escravos. Quase dois terços das posses estavam concentrados em plantéis muito pequenos: os de dois a cinco cativos eram 42% do total e 23,9% dos proprietários tinham apenas um escravo.

Nas listas nominativas encontramos também várias evidências de que Minas era um pesado importador de africanos nessa época. O grande desequilíbrio entre os sexos é uma dessas evidências: enquanto entre os livres havia 97 homens para cada 100 mulheres, entre os escravos a razão de masculinidade era 161. Isso se devia à forte presença de africanos, entre os quais havia 290 homens por 100 mulheres, enquanto entre os escravos crioulos essa relação era de somente 104 homens por 100 mulheres. A “taxa de africanidade” na população escrava era alta, igual a 44%. Isso indica que as importações eram recentes, pois, quando essas eram interrompidas ou reduzidas, a proporção caía

muito rapidamente, por ser a taxa de mortalidade dos africanos muito mais alta que a dos crioulos. A estrutura etária da população escrava apresentava forte anomalia, apontando na mesma direção: era muito rarefeita nas idades mais jovens e muito inflada nas faixas produtivas, indicando que havia constantes injeções de indivíduos nessas faixas. Isso é confirmado pela Intendência de Polícia da Corte, cujos registros demonstram que, entre 1809 e 1833, quase 40% de todos os escravos despachados do Rio de Janeiro – o maior porto escravista do mundo nessa época – vieram para Minas, enquanto as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo ficaram com 34% e 16%, respectivamente.

O tráfico interno

Analisando essa fonte em conjugação com as listas nominativas, chegamos a resultados importantes e pouco conhecidos na história da escravidão no Brasil. Ficamos sabendo que os mineiros não só eram os maiores importadores, mas que também dominavam inteiramente a distribuição, para toda a região Sudeste, dos escravos que chegavam da África ao Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Entre os mais de 11 mil remetentes de escravos levantados por Frago e Ferreira,³³ vários milhares eram mineiros, muitos dos quais membros da elite. As listas nominativas nos permitem estimar que pelo menos 45% dos chefes de fogos onde havia mais de 50 escravos fizeram remessas, às vezes frequentes e volumosas, não só para Minas, mas também para as nascentes áreas cafeeiras do vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Famílias da elite provincial e nacional, tais como os Ferreira Armond, de Barbacena, os Oliveira Pena, Monteiro de Barros e Nogueira da Gama, da região central, os Leite Ribeiro, Ferreira Leite e Teixeira Leite, do Campo das Vertentes, os Diniz Junqueira, Ribeiro de Carvalho, Souza Diniz, Ribeiro da Luz, Gomes Nogueira



Vista parcial de propriedade rural mineira. Sem referência de local. Autor desconhecido, sem data. Acervo Arquivo Público Mineiro, Coleção Tipografia Guimarães. TG-205-004.

e Ribeiro da Silva, do Sul, além de muitas outras, envolveram-se profundamente nesse tráfico, e enviaram milhares de cativos em centenas de remessas.³⁴

Não só as grandes famílias, mas também miríades de outros mineiros se atolaram até o pescoço nesse comércio. Centenas de tropeiros traziam, cotidianamente, lotes de africanos novos na torna-viagem do Rio de Janeiro. Muitos deles, da região Sul, levavam fumo para a capital do Império e voltavam tangendo lotes de negros. Assim como fez Manoel Carneiro Santiago, que no começo do século era um jovem imigrante português pobre, mas que, já em

1831, era o homem mais rico do termo de Baependi, possuindo 161 escravos. Em 1839, Santiago era proprietário de 209 cativos, enquanto seus filhos, somados, tinham outros 149.³⁵

Grandes negociantes como José Peixoto de Souza, Francisco de Paula Santos e João Batista Machado, mas também comerciantes médios e pequenos, e até camaradas de tropa e mascates, traficavam com escravos. O português José Lourenço Baeta Neves, que começou mascateando quinquilharias do Rio para Minas, logo passou a trazer escravos novos e nos anos 1830 vamos encontrá-lo afazendado, com engenho de



Família de lavradores em zona rural. Sem referência de local. Autor desconhecido, [entre 1900 e 1910]. Acervo Arquivo Público Mineiro, Coleção Nelson Coelho de Senna. NCS-218.

água, em Queluz. Um grande número de porqueiros descia para o litoral tocando suas porcadas e subia de volta trazendo, viagem após viagem, um, dois ou mais africanos. O tráfico interno foi um poderoso mecanismo de acumulação em Minas Gerais, por meio do qual muita gente construiu, ampliou e consolidou fortunas, status e prestígio social.

Riqueza de informações

Em minha opinião as listas nominativas são as fontes mais ricas existentes no APM para a pesquisa sobre a

escravidão, mas com certeza existem muitas outras. É claro que não tentarei catalogar ou resumir os milhões de documentos manuscritos e impressos de interesse para o tema. Limito-me apenas a mencionar alguns itens que conheço, principalmente fontes de dados sobre a população – livre e escrava – e a economia de Minas Gerais no período em foco.

Informações sobre a população no século XVIII são muito escassas, em virtude da própria política de ocultação tenazmente praticada por Portugal, elo baixo que era na cadeia alimentar das potências coloniais. Mesmo dados gerais sobre o total da capitania são

poucos e nada confiáveis. O levantamento mais conhecido, mais reproduzido e provavelmente o melhor é o *Mappa dos habitantes actuaes da Capitania de Minas Geraes e dos nascidos e falecidos no anno de 1776*. Coletado pelos párocos e autoridades locais por ordem do governo metropolitano, é detalhado por comarcas, sexos, raças e faixas etárias, mas infelizmente não traz nenhuma informação sobre a população escrava. O governador D. Antônio de Noronha seguiu rigorosamente as minuciosas instruções recebidas de Martinho de Melo e Castro – secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar – e, como essas ordens não determinavam a discriminação entre livres e escravos, isso também foi lusitanamente obedecido.³⁶

Nos fundos Casa dos Contos e Secretaria de Governo da Capitania, do APM, existem centenas de mapas de população, com graus variados de detalhamento, cobertura e confiabilidade, para muitos distritos, freguesias, termos, ou para a capitania inteira, referentes aos anos de 1796-1798, 1805, 1808, 1813 e 1821. Considero especialmente interessante um conjunto com a data de 1808, que apresenta planilhas homogêneas, por termos, desagregadas por condição, cor, sexo, estado civil e faixa etária. Foram localizados todos os termos da capitania, com exceção de Campanha.

Ainda com referência ao período colonial, vale a pena mencionar também 41 relações nominativas de distritos dos termos de Vila Rica e Mariana. Algumas são listas nominativas completas, outras só têm os dados necessários para a cobrança do imposto criado pela Carta Régia de 6 de abril de 1804. Nessa carta, o príncipe regente D. João solicitava que o governador de Minas recolhesse donativos voluntários dos mineiros, para socorrer a Coroa em dificuldades por causa das guerras napoleônicas.³⁷ Entretanto, parte da contribuição, a taxa de 600 réis por escravo, era

claramente impositiva, uma verdadeira capitação. Tudo indica que as listas acima referidas, bem como o censo de Vila Rica de 1804,³⁸ foram feitos com a intenção de contabilizar os plantéis de cativos para a cobrança dessa taxa.

Foram também encontrados no APM três códices contendo relações nominativas de mineiros que fizeram donativos voluntários. Elas cobrem principalmente os termos de Vila Rica, Mariana e São João del-Rei, mas incluem também doadores de Sabará, São José del-Rei, Queluz, Caeté, Pitangui e outros termos. Associando esses códices às listas nominativas e ao censo de Vila Rica, podemos descobrir coisas muito interessantes sobre os doadores, suas ocupações, seus plantéis de cativos e sobre a sociedade mineira da época.³⁹

Os anos que se seguiram à Independência assistiram a um grande esforço dos governos central e provincial no sentido de promover contagens da população e inquéritos sobre a economia, sobretudo para fins de recrutamento militar e de planejamento tributário. Não havendo organismos centrais capazes de executá-los, sucediam-se tentativas descentralizadas, com apelos aos párocos e autoridades locais. A frequência com que eram reiterados os pedidos, ofícios circulares e outras ordens dá uma ideia do fracasso dessas iniciativas. De qualquer maneira, para o historiador ficou o legado de dados muito mais abundantes do que os do período colonial.

Na primeira metade do século XIX, além das listas nominativas solicitadas em 1831 e em 1838, houve uma tentativa de recenseamento, por meio do decreto de 17 de julho de 1832. Esse decreto determinou aos juizes de paz o preenchimento de um mapa-padrão impresso para informar sobre a população de seus distritos, desagregada por condição, cor, estado civil, sexo e faixa etária. Maria do Carmo Martins conseguiu recuperar e transcrever 330, de um total estimado de

416 desses mapas distritais, cujo preenchimento foi iniciado em 1833 e se prolongou até 1835.⁴⁰

Existem ainda na Seção Provincial do APM muitos mapas avulsos da população de vários termos, desagregados por freguesias ou por distritos, com diferentes níveis de detalhamento, para diversos anos no período 1821-1836. Há também um grande número dos chamados “mapas de movimento da população” ou “mapas de nascimentos, casamentos e óbitos”. No que diz respeito aos escravos, esses mapas são notoriamente deficientes, porque a maior parte deles não era enterrada nas igrejas ou nos cemitérios públicos, mas em campos privados nas fazendas. Isso gerou um sub-registro sistemático de seus óbitos, que já induziu ao erro mais de um analista incauto.

No período de 1854 a 1862, o governo provincial dirigiu aos párocos e às autoridades locais grande número de consultas sobre diversos assuntos. As repostas a essas consultas, que Lidiany Silva Barbosa agrupou sob a denominação de *Inquéritos provinciais das décadas de 1850 e 1860*, formam um conjunto riquíssimo de informações e comentários sobre a população e a economia da província, desagregados por freguesias e distritos. São centenas de documentos, preservados na Seção Provincial do APM, reunidos nos códices 570, 609, 610, 612, 654, 655, 892, 893, 955, 956, 1005, 1006 e provavelmente em outros.⁴¹

Não podemos esquecer os relatórios dos presidentes da província, especialmente a partir da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871. Nessa época foi criada uma seção permanente – “Elemento servil” – contendo informações sobre a distribuição das quotas do Fundo Imperial de Emancipação, as juntas de classificação, estatísticas sobre emancipações, portarias e medidas administrativas sobre a questão e estatísticas – bastante confusas – sobre a população servil e suas matrículas.

São também muito importantes os jornais do século XIX. Entre esses, conheço bem a coleção de *O Universal*, de Ouro Preto, publicado entre 1825 e 1842. Além dos indefectíveis anúncios de fugas e de aluguel de escravos, há muitas notícias interessantes sobre roubo de cativos, a polêmica sobre a convenção antitráfico de 1826, as diatribes de seu editor, Bernardo Pereira de Vasconcelos, contra a Imperial Brazilian Mining Association e os irmãos Nogueira da Gama, e muito mais.

Resta mencionar a própria **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Publicada desde 1896, a **RAPM** é uma fonte essencial para qualquer interessado na História de Minas, pelas importantes transcrições de documentos, pelos dados estatísticos e, mais recentemente, pela excelência dos artigos publicados. Em suma, o acervo do Arquivo Público Mineiro é riquíssimo e indispensável para qualquer estudo em profundidade sobre a escravidão em Minas.⁴² Além de tudo o que já foi descoberto, há muito mais esperando pelos pesquisadores. Mas, como tudo que é precioso, esse acervo também não está se oferecendo na superfície, como pepitas de aluvião. Apesar de toda a organização, de todas as facilidades e de todo o apoio técnico que o APM hoje oferece, ainda é preciso minerar, com paciência e com perseverança. Há, sem dúvida, “oiro para muitos séculos”, mas é preciso achar o veio, persegui-lo, arrancar o minério da terra e apurá-lo. O APM faz a sua parte. Há mais de um século, recolhe, organiza, cataloga e preserva a história de Minas, com competência e com carinho. O resto é por nossa conta.

RESUMO | No rico acervo do Arquivo Público Mineiro sobre a escravidão, destacam-se as listas nominativas. Seu grande potencial para a pesquisa histórica procede do fato de oferecerem ao pesquisador a informação no nível mais desagregado possível – os microdados, que podem ser agregados ou tabulados da maneira que quiser. Além disso, por serem nominativos, esses elementos podem ser cruzados com outros registros também nominativos, ampliando ainda mais o seu potencial de análise.

ABSTRACT | Within the rich collection of treating slavery of the Minas Gerais Public Archive, of note are nominative lists. Their great potential for historical research is due to the fact of offering the researcher information at the most unaggregated level possible – microdata – that can be aggregated or tabulated however he or she may wish. Moreover, being nominative, these data can be cross-checked with other nominative records, thus increasing even more their analytic potential.

Notas |

1. Autor desconhecido, em documento que acompanha carta para o provedor da Coroa Belchior do Rego Andrade, de Vila Rica, em 11 de abril de 1734. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. Cód. 738. Citado por AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Econômico. Esboços de História*. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira e Cia. (Filhos) Ltda. 3ª. edição, 1973.

2. A frase exata de Clemenceau é: “A guerra! É um assunto demasiada grave para ser confiado aos militares”. Citado em SUAREZ, G. *60 années d’Histoire Française*.1932.

3. A coleção brasileira da Universidade de Vanderbilt foi formada sob a direção do brasilianista pioneiro Alexander Marchant, autor de *From barter to slavery: the economic relations of portuguese and indians in the settlement of Brazil, 1500-1580*: Baltimore: The Johns Hopkins U. Press, 1942, publicado no Brasil como *Do escambo à escravidão*. Trad. Carlos Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. Marchant nasceu no Rio de Janeiro, filho de confederados emigrados depois da guerra civil nos Estados Unidos. No início dos anos 1950, enviava emissários ao Brasil para comprar livros e até bibliotecas inteiras.

4. MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Ph. D. Dissertation, Department of Economics, Vanderbilt University, 1980.

5. A New Economic History, ou *cliometric revolution*, foi um movimento surgido nos Estados Unidos, no campo da História Econômica, em fins dos anos 1950. Suas marcas principais são a utilização de muitos dados quantitativos e a aplicação de técnicas econométricas à análise de processos históricos. O termo *cliometrics* surgiu da fusão de Clio, a musa da História, com *econometrics*.

6. FOGEL, Robert W.; ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross: the economics of american negro slavery*. Boston: Little, Brown and Company, 1974. É um dos livros mais importantes e mais polêmicos publicados no século XX sobre a escravidão nos Estados Unidos. Até hoje é intensamente debatido por historiadores convencionais e por cliometristas. Robert Fogel recebeu o Prêmio Nobel da Economia, em 1993.

7. *Plantation records* são os livros de registro mantidos pelas grandes fazendas de algodão nos EUA. Veja, por exemplo, *American negro slavery* (1918) e *Life and labor in the Old South* (1929). Sobre a luta de Phillips pela coleta e preservação de fontes, veja SMITH, John David. *Slavery, race, and American History: historical conflict, trends, and method, 1866-1953*. Armonk, New York: M. E. Sharpe, 1999.

8. O próprio Furtado alardeava, em seu gigantesco cabotismo, ter escrito a *Formação econômica do Brasil* em três meses, nas “sobras de tempo que ia furtando” de outros trabalhos. D’AGUIAR, Rosa Freire (Ed.). *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, tomo I, p. 331-332.

9. Veja LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

10. Maria do Carmo Salazar Martins, também da UFMG.

11. Os juzados de paz e os distritos de paz eram unidades judiciais e administrativas submunicipais, cuja criação foi determinada pelo artigo 162 da Constituição de 1824. Antes mesmo de ser definida a divisão dos municípios em distritos, a lei de 15 de outubro de 1827, criou os cargos de juiz de paz, que deveriam ser preenchidos por eleições em “cada uma das freguesias e capelas filiais curadas [...] enquanto não se estabelecerem os distritos, conforme a nova divisão estatística do Império”. Os juizes de paz eram magistrados leigos, com um grande número de funções judiciais e policiais, entre as quais se incluíam a execução de levantamentos estatísticos. O distrito de paz era a sua área de jurisdição. Inicialmente os distritos eram demarcados pelas câmaras municipais, mas a partir do Ato Adicional de 1834, essa atribuição foi transferida para as Assembleias Provinciais.

12. APM, Seção Provincial, código 81, p. 146.

13. Os principais responsáveis pelo levantamento e pela coleta das listas nominativas foram Maria do Carmo Salazar Martins e Marcelo Magalhães Godoy. Este último foi quem permaneceu mais tempo à frente dos trabalhos, tendo coordenado a maior parte da transcrição e a digitação dos bancos de dados. O projeto recebeu suporte financeiro do Cedeplar/UFMG e posteriormente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do governo federal.

14. Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente da província, Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 1º de fevereiro de 1835.

15. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. Cedeplar/UFMG. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 5., Belo Horizonte, 1990. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar, 1990.

16. “Plano apresentado em 10 de março de 1826 pelo secretário do Governo, Luiz Maria da Silva Pinto, para uma nova organização civil na Província de Minas Gerais, comparada com a que existia em 1823”, in: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922, p. 71-99.

17. Para garantir resultados estatisticamente significativos para o universo do Estado, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) usou, em 2009, por exemplo, uma fração de amostragem de 1/550, ou seja, pesquisou um em cada 550 domicílios de Minas. Se nossa “amostra” contém 64.562 domicílios e o universo contém 83.658, então nossa fração de amostragem é igual a 1/1,29.

18. Veja sobre isso as observações de BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008. Os comentários de Bacellar se referem a São Paulo, mas são perfeitamente aplicáveis às listas mineiras.

19. As listas nominativas de 1838-1840 foram localizadas, coletadas e digitadas por Maria do Carmo Salazar Martins, com recursos do Programa Nacional de Pesquisa Econômica, do Ipea.

20. Os dois conjuntos não podem ser fundidos ou misturados, não só pela distância cronológica que os separa, mas também pela diferença entre dois momentos históricos causada, sobretudo, por mudanças importantes no tráfico atlântico para o Brasil. Além disso, houve, no intervalo, grandes alterações na divisão administrativa da província.

21. Um desses bancos de dados, organizado por Clotilde Andrade Paiva, Marcelo Magalhães Godoy, Mário Marcos Sampaio Rodarte e Douglas

Santos, pode ser acessado no site do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd), do Cedeplar/UFMG.

22. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Para conhecer os súditos d’El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. IX, n. 1, p. 32-57, 2013.

23. Nos Estados Unidos os proprietários nunca permitiram que seus escravos fossem arrolados pelos nomes. Até 1810, o censo só fornecia o número de escravos de cada domicílio. Entre 1820 e 1840, foram agrupados por sexo e faixa etária. Só em 1850 e 1860 foram listados por números em cada domicílio, com informação individual sobre sexo, idade e cor.

24. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

25. CHAUNU, Pierre. *Histoire quantitative, histoire sérielle*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978.

26. Na maioria dos casos, esse acompanhamento não pode ser feito, pois só 89 distritos são comuns aos dois bancos de dados.

27. APM. Código CC 1610. Livro de registro de receita dos donativos gratuitos, de acordo com a Ordem Régia de 6 de abril de 1804 na Comarca do Rio das Mortes, folha 139; e Relação cronológica dos concessionários de sesmarias em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos I e II, p. 317-473, jan.-jun. 1900.

28. Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, código 657, distrito de Remédios, fogo 96. As listas nominativas da Câmara Municipal de Mariana, cobrindo o período de 1819 a 1822, foram localizadas, transcritas e digitadas por Maria do Carmo Salazar Martins, com recursos do Programa Nacional de Pesquisa Econômica, do Ipea.

29. O projeto de transcrição e digitação dos códices da Intendência de Polícia da Corte, depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, referentes aos “despachos de escravos para diversas localidades, 1809-1833”, foi desenvolvido, entre 1999 e 2001, pelo Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Liphis/UFRJ), coordenado por João Luís Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, comissionado pelo Ipea e financiado com recursos do Programa Nacional de Pesquisa Econômica desse instituto.

30. O projeto de coleta, organização e digitação das “Relações de Engenheiros e Casas de Negócio de 1836” foi coordenado por Marcelo Magalhães Godoy, do Cedeplar, e financiado com recursos do Programa Nacional de Pesquisa Econômica, do Ipea. Essas listagens foram elaboradas por diversas autoridades locais, em resposta ao ofício da Presidência da Província, de 16 de junho de 1836, e fazem parte do acervo do Arquivo Público Mineiro.

31. O hanoveriano Henrique Guilherme Fernando Halfeld era engenheiro de minas, formado na famosa Bergakademie Clausthal. Chegou ao Brasil em 1825, trabalhou em várias companhias estrangeiras de mineração e foi engenheiro do governo provincial, produzindo, entre outros serviços, um primoroso levantamento cartográfico do Rio São Francisco e um importante mapa de Minas Gerais, em coautoria com Frederico Wagner. Halfeld foi ainda um dos principais promotores do crescimento da cidade de Juiz de Fora

32. Além da IBMA, encontramos a National Brazilian Mining Association, no distrito da Penha, em Caeté; a General Mining Association, na Vila de São José; e dezenas de outras minerações brasileiras médias e grandes.

33. APM. Código CC 1610. Livro de registro de receita dos donativos gratuitos, de acordo com a Ordem Régia de 6 de abril de 1804 na Comarca do Rio das Mortes, folha 139; e Relação cronológica dos concessionários de sesmarias em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos I e II, p. 317-473, jan.-jun. 1900.

34. Os dados se referem apenas ao período 1809-1833, exclusive os anos de 1812 e 1823. Também não incluem o período anterior à vinda da corte portuguesa, nem os anos do tráfico de contrabando, entre 1831 e 1850.

35. Além das listas nominativas e de outras fontes, a identificação dos tropeiros é subsidiada pelos “Registros de tropeiros vindos do interior com tropas em geral”, código 419, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, também levantado por Fragoso e Ferreira no projeto já mencionado.

36. Carta do Sr. Martinho de Mello e Castro com a relação que Sua Majestade manda formar dos habitantes desta Capitania. APM. SC-21: Registro de cartas, ordens e provisões régias, avisos e cartas do Governador, 1775-1779. O mapa está em AHU 8564, cx. 110, doc. 59. CD-ROM n. 59, depositado no APM. Esse mapa costuma ser atribuído a José Joaquim da Rocha, que provavelmente compilou os mapas locais recebidos.

37. APM. Secretaria de Governo da Capitania. Registro de cartas régias e avisos. SC-294, p. 14.

38. MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica-1804*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1969.

39. APM. Códices CC 2202. Livro de registro de receita e despesas dos donativos e ofertas instituídos pela Carta Régia de 06/04/1804; CC 2203. Livro das contas correntes dos donativos e ofertas instituídas por Carta Régia de 06/04/1804; e CC 1610. Livro de registro de receita dos donativos gratuitos, de acordo com a Ordem Régia de 6 de abril de 1804 na Comarca do Rio das Mortes. Os códices do Donativo Voluntário de 1804 foram localizados por Caio Boschi e compilados por Roberto Martins.

40. Os mapas de população de 1833-1835 estão publicados na íntegra em MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província, cuja referência completa se encontra na nota 15.

41. Utilizei esses documentos para produzir uma estimativa consolidada da população de Minas em 1855. Maria do Carmo Martins os utilizou em vários trabalhos, inclusive em MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. *Produção Econômica de Minas Gerais em meados do século XIX*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, 6., Caxambu, 7-10 de setembro de 2003. *Anais...* Caxambu: ABPHE, 2003. Um levantamento completo desses documentos e dos temas cobertos por eles encontra-se na interessante tese de BARBOSA, Lidiany Silva. *Tropas e ferrovias em uma província não-exportadora: Estado, elites regionais e as contradições da política de transportes no início da modernização – Minas Gerais, 1835-1889*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Veja especialmente a p. 85.

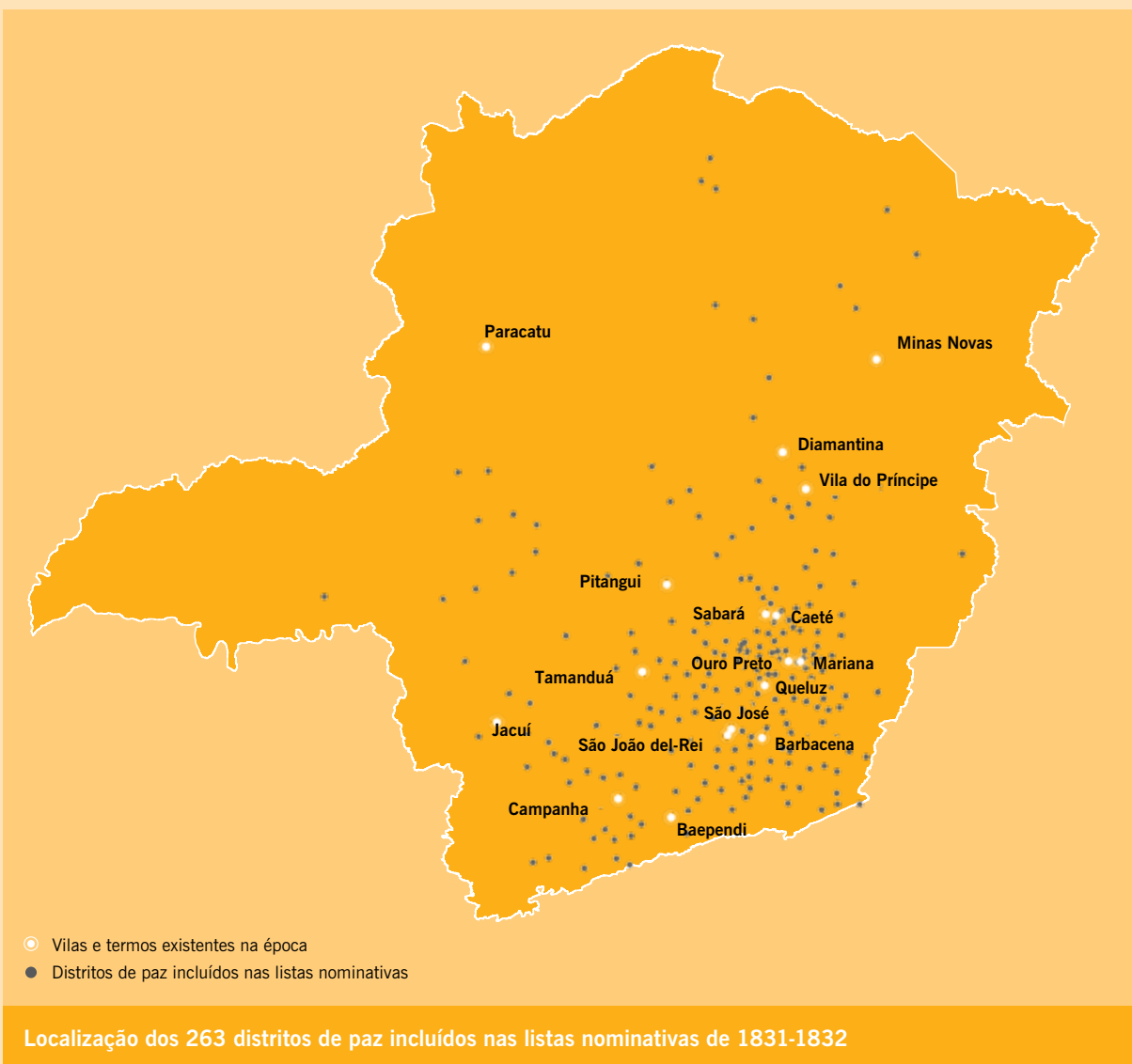
42. Os bancos de dados construídos com as listas nominativas de 1804, 1819-1822, 1831-1832 e 1838-1840, assim como os mapas avulsos de população citados neste artigo e vários outros materiais de interesse para a história de Minas estão estocados em formato digital no acervo particular de Roberto e Maria do Carmo Martins e estão sendo preparados para divulgação em site a ser criado.

Listas nominativas de 1831-1832 localizadas no Arquivo Público Mineiro					
Termos	Distritos*	Fogos**	Livres	Escravos***	Total
Baependi	10	2,526	11,672	7,998	19,670
Barbacena	26	4,127	19,311	14,246	33,557
Caeté	15	4,882	19,752	11,987	31,739
Campanha	15	5,972	26,998	11,119	38,117
Jacuí	11	3,715	16,761	5,331	22,092
Mariana	40	6,894	28,682	13,980	42,662
Minas Novas	7	2,227	10,133	2,867	13,000
Ouro Preto	14	1,830	8,341	3,932	12,273
Paracatu	12	2,922	13,884	5,516	19,400
Pitangui	4	1,315	5,608	2,503	8,111
Queluz	18	2,951	14,554	9,815	24,369
Sabará	32	8,425	36,150	12,433	48,583
São João del-Rei	16	2,602	11,849	8,943	20,792
São José	21	4,593	19,480	13,538	33,018
Vila do Príncipe	12	4,047	16,584	5,472	22,056
Tamanduá	6	2,546	11,927	5,373	17,300
Diamantina	4	2,988	10,125	7,972	18,097
Total	263	64,562	281,811	143,025	424,836

(*) Não são todos os distritos do termo, mas apenas aqueles cujas listas foram encontradas.

(**) Domicílios

(***) Estão incluídos 68 indivíduos coartados.



Roberto Borges Martins é graduado em Economia pela UFMG, mestre e doutor em Economia pela Universidade de Vanderbilt (EUA). É professor aposentado da UFMG, onde ensinou Teoria Econômica e História Econômica, de 1971 até 2001. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 1999 a 2002. Entre 2002 e 2005, representou a América Latina e o Caribe no Working Group of Five Independent Experts on People of African Descent (WGPAD), do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Trabalha com História de Minas, escravidão e sistemas de trabalho compulsório, tráfico de escravos, desigualdades raciais e políticas sociais. robertomartins@uaivip.com.br

Vias Fortes .

agradece a gentileza de suas fe
licitações.